A emigração do Distrito de Vila Real para o Brasil (1901-1930) Realidade e percepções

Isilda Braga da Costa Monteiro*

Introdução

Na sequência do que vinha acontecendo desde o século anterior, o Brasil foi, nas primeiras décadas do século XX, o destino preferencial dos portugueses que optaram por deixar o seu país e tentar uma nova vida no outro lado do Oceano. As estatísticas oficiais do Estado português, apesar das suas limitações[1], não puderam deixar, na época, de notar e anotar a forte dimensão da emigração para o Brasil a que o país não podia passar indiferente.

Após ter sido utilizada como arma de arremesso pelos republicanos contra a monarquia, a emigração tornou-se, logo nos primeiros anos após 1910, uma questão politicamente incómoda. Contudo, com valores demasiado avassaladores para ser silenciada, merece a atenção do Parlamento e do governo empenhados em a condicionar através de uma abundante legislação[2] e em lhe apontar o dedo sempre que se procurava diagnosticar os problemas do país, esquecendo que a emigração era, também, consequência desses mesmos problemas.[3]

Vila Real, localizada na região do Douro, é, na primeira metade do século XX, sede de um vasto distrito que congregava mais de uma dezena de concelhos, desde os mais próximos, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Vila Pouca de Aguiar, Ribeiro de Pena, Mondim de Basto e Peso da Régua, até aos mais afastados, Montalegre, Chaves e Valpaços. Familiarizada com o fenómeno migratório desde há longo tempo, é nos últimos anos do século XIX que o número dos que procuravam um futuro mais auspicioso fora de Portugal, começa a crescer de forma significativa em Vila Real. As estatísticas reservam-lhe, a esse nível, um lugar de destaque no norte do país.

No entanto, para a população residente dentro do perímetro urbano de Vila Real, essa é uma situação que vai para além dos números oficiais. A obrigatoriedade em obter, na sede do distrito, o passaporte que permitiria a saída legal do país, traz diariamente a Vila Real muitas pessoas, a maioria delas com os olhos fitos no Brasil. Provenientes de vários pontos do distrito, pouco habituados ao desassossego da vila comparativamente a pacatez da sua aldeia, os homens e as mulheres que aí acorriam para materializarem o sonho de uma nova vida fora de Portugal através da obtenção de um passaporte, não poderiam passar desapercebidos à população local. Embora sem a força cénica e o dramatismo que caracterizava as partidas dos vapores em Leixões, a presença desses homens e dessas mulheres traria certamente alguma animação acrescida a Vila Real, mas deixaria também alguma inquietação sobre o futuro da região.

Dessa forma, seria nas sedes de distrito do norte do país que, nas primeiras décadas de Novecentos, a questão da emigração ganhava, a cada dia que passava, uma dimensão

de contornos cada vez mais nítidos. Nas épocas de maior afluência, a aglomeração de pessoas junto aos Governos Civis, instalados no centro das localidades, aguardando para serem atendidos[4], dava-lhe uma inevitável visibilidade.

Objecto, fontes e metodologia

É nosso objectivo, no presente trabalho, analisar a forma como, perante essa realidade visível aos olhos de todos nas ruas da povoação e que consubstanciaremos com a representação gráfica dos números do registo dos passaportes efectuado no Governo Civil de Vila Real entre 1901 e 1930, foi percepcionado, ao nível local, o fenómeno migratório. Deixando para uma outra fase do projecto que estamos a desenvolver, uma análise das variações dos fluxos migratórios verificadas ao longo do período em estudo, vamos, de momento, apresentar a trajectória do número de passaportes então registados, e procurar perceber através do que se escreveu na imprensa publicada na povoação de Vila Real, sede do distrito com o mesmo nome, a forma como a sua evolução foi percepcionada, na região.

Dentro dessa perspectiva, tentaremos, ainda, verificar se o facto de a sede do distrito ser o local de permanência de um representante do governo central, o governador civil, terá condicionado, ou não, a imprensa aí publicada na percepção de uma realidade sobre o qual se propagava, como sabemos, um discurso oficial cujos ecos chegavam, com diferentes intensidades, a todo o país.

Para isso, considerámos no nosso estudo para além da imprensa publicada, na primeira metade do século XX, em Vila Real, a que se editava nas vilas que encabeçam os concelhos mais afastados da capital distrital – Chaves, Montalegre e Valpaços. A pesquisa feita na hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto permitiu-nos identificar os periódicos que geográfica e cronologicamente correspondiam aos objectivos inicialmente definidos.

Compreensivelmente, para Vila Real, pelo facto de ser sede de distrito e, como tal, se assumir, na região, como o centro administrativo e político por excelência, existem vários títulos, alguns deles de inusitada longevidade. É o caso *d'O Vila-Realense* (1880-1984)[5], *d'O Distrito de Vila Real* (1881?-1910)[6] e d'*O Povo do Norte* (1891-1932)[7]. Para além destes, pudemos ler também *O Corgo* (1919-1921, 1923-1924) e *A Democracia* (1915-1919, 1923-1925), com um período de publicação consideravelmente mais curto e descontínuo.

Por sua vez, para Chaves, que encabeça no final da década de 20, o concelho com maior número de habitantes do distrito (em 1930 tem um pouco mais de 40.000 habitantes) tivemos acesso a seis títulos, publicados durante o período que nos interessa – a *Folha de Chaves* (1913-1917, 1918, 1919-1922)[8], *O Flaviense* (1915-1916), o *Ecos de Chaves* (1917), o *Notícias do Norte* (1915-1917)[9], *O Intransigente* (1899-1907)[10] e o *Era Nova* (1928-1940). Reflectindo a menor dimensão e o menor número de habitantes, para Montalegre apenas existem, na referida Biblioteca, dois periódicos – *O Crente de Barroso* (1913-1917) e *O Montalegrense* (1913-1920). Finalmente, relativamente a Valpaços, para a primeira metade do

século XX, não encontramos qualquer referência na referida Biblioteca, impossibilitando-nos, por isso, a sua inclusão no presente estudo.

Não cobrindo, como podemos verificar, em contínuo, todo o período em análise, quer no caso de Chaves (com especial destaque para os anos de 1908 a 1913 e 1923 a 1927) e, sobretudo, de Montalegre (hiatos de 1901 a 1913 e de 1920 a 1930), o conjunto destes jornais constitui, apesar disso, uma boa base documental para procedermos ao levantamento da informação, no âmbito dos objectivos a que nos propusemos. Tanto mais, que estes periódicos, no seu conjunto, apresentam características diferentes que potenciam a possibilidade de apresentação de diferentes sensibilidades perante o fenómeno da emigração.

Assim, em Vila Real, enquanto *O Vila-Realense*, se apresenta no início de Novecentos como "folha regeneradora", tendo cessado temporariamente a publicação com a implantação da República para sair mais tarde sem uma orientação política definida, *O Distrito de Vila Real* (1885-1910), assume-se oficialmente como órgão do Partido Regenerador. Por sua vez, os periódicos surgidos após Outubro de 1910 (*O Corgo* e *A Democracia*), identificam-se ao longo de toda a sua publicação com as facções republicanas existentes na localidade. Quanto ao jornal *O Povo do Norte*, tendo iniciado a sua publicação ainda na monarquia, apresenta-se aos seus leitores, entre 1919 e 1921, como semanário do Partido Republicano Liberal.

Por sua vez, em Chaves, *O Intransigente* (1899-1907) coloca-se sob o patrocínio do Partido Progressista, enquanto a *Folha de Chaves* e *O Flaviense*, publicados após 1910, se apresentam como republicanos e o *Ecos de Chaves* como "semanário monarchico". Finalmente, o *Notícias do Norte* não ostenta no cabeçalho qualquer filiação política.

Relativamente a Montalegre, os dois periódicos consultados têm diferentes orientações políticas e religiosas – *O Montalegrense* como semanário republicano e *O Crente de Barroso* como jornal católico.

Em comum, todos estes periódicos se apresentam como defensores dos interesses locais, atentos aos problemas da sua terra e apostados no seu desenvolvimento. Contudo, o suporte financeiro de que careciam para subsistir e/ou a forte motivação política que justificava o seu aparecimento advinham como pudemos verificar, sobretudo dos partidos ou das facções políticas existentes nas respectivas localidades, acentuando dependências e enviesando, naturalmente, as perspectivas defendidas nas suas páginas.

Como é referido n'*O Intransigente*, em Fevereiro de 1901, mas numa asserção de manifesta actualidade para os anos seguintes, "A imprensa provinciana, pelo carácter de intransigência política de que se reveste, lucta com difficuldades, que a revezes a submergem na voragem das paixões e dos ódios"[11]. Razão mais do que suficiente para que as questões políticas, quantas vezes abordadas sob a perspectiva do ataque ou da defesa de determinadas personalidades locais, assumam um espaço importante nas suas páginas em detrimento de outros assuntos que, mesmo que sentidos na época como importantes, passavam para segundo plano.

Se para a identificação e análise das percepções do fenómeno migratório em Vila Real, nos baseámos na imprensa periódica aí publicada, relativamente à apresentação dos

números que lhe dão uma perspectiva mais concreta, utilizaremos o registo dos passaportes efectuado, entre 1901 e 1930, no Governo Civil instalado na referida vila. Podíamos ter feito outra opção e recorrido às estatísticas oficiais que nos dão números precisos dos emigrantes. Uma contabilização que, no caso dos livros de registo de passaportes, se mostra mais complexa já que a correspondência um passaporte/um emigrante não pode ser feita de forma imediata atendendo ao facto de muitos passaportes serem colectivos e não individuais e, como tal, abarcarem sob o mesmo registo várias pessoas, familiares ou não, dos titulares.

Convém ainda lembrar que a obtenção de um passaporte, pelas despesas e trabalho que implicava ao requerente, indicia quase seguramente uma forte decisão de emigrar, mas que é um facto que imprevistos vários poderiam determinar que não viesse a resultar, efectivamente, na saída do país. Além disso, o período de validade definido pela legislação para esses documentos, obrigava a que os emigrantes em visita à sua terra natal precisassem de um novo passaporte quando pretendiam voltar de novo ao país onde trabalhavam, num processo de reemigração com uma especificidade própria[12] que os integra num grupo distinto dos que partiam pela primeira vez.

Ao longo do período em estudo, os periódicos das localidades informam muitas vezes os seus leitores sobre o número dos passaportes registados no Governo Civil de Vila Real num determinado mês ou, uma situação menos comum, numa determinada semana. Números esses que eram fornecidos pela própria instituição (pese embora o facto de existir uma discrepância frequente entre os números indicados pelos periódicos e os que recolhemos nos livros de registo de passaportes guardados, hoje, no Arquivo Distrital de Vila Real) e que, a maior parte das vezes, apresentavam também a distribuição dos requerentes pelo destino, género, idade, profissão e concelhos de naturalidade e quantos sabiam ler e escrever. Frequentemente, a informação era completada pela referência sobre se era, ou não, a primeira vez que os requerentes saíam do país e, no caso de o não ser, quantas vezes já o tinham feito.

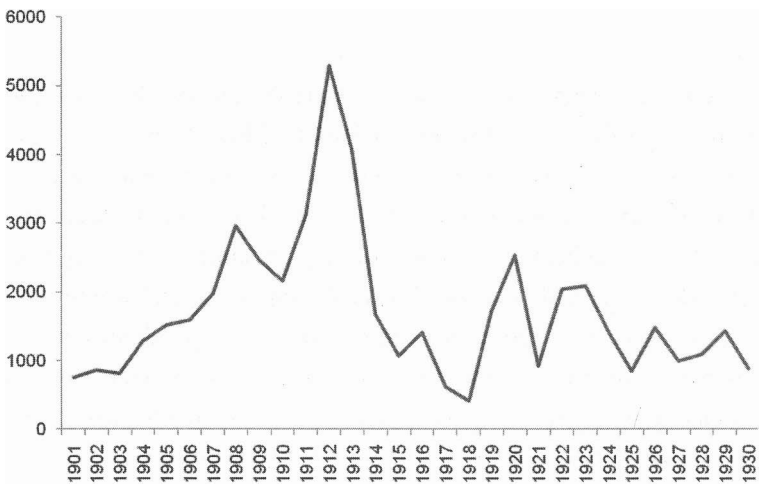
A actualização contínua e atempada desta informação, contrariamente às estatísticas oficiais publicadas algum tempo depois do período cronológico ao qual se reportavam e que acabavam por ter uma reduzida divulgação no país, permitia que os homens da imprensa regional e a população de uma forma geral tivesse um conhecimento muito preciso do número daqueles que, na época, ao requerer passaporte manifestavam um forte e inabalável intenção de emigrar. Era, por isso, a partir destes números, a que se juntaria, certamente, aquilo que muitos poderiam observar dentro e fora da sua família, dentro e fora da sua vila ou aldeia, que, ao nível local, se construiria a representação do fenómeno emigratório. Nessa perspectiva, optamos por os utilizar como base para a nossa análise. Comecemos por aí.

Realidades

Com uma população que entre 1901 e 1930 ronda os mais de 200 mil habitantes, o distrito de Vila Real tem ao longo da primeira metade do século XX, um peso significativo nos valores globais da emigração portuguesa.

A apresentação do número dos registos de passaportes, pese embora o facto de, como referimos atrás, não traduzir de uma forma literal, o volume dos que efectivamente abandonavam Vila Real para emigrarem, permite-nos ter uma visão das variações da sua procura, entre 1901 e 1930. De fora, como é evidente, fica a emigração clandestina, que tendo em conta o facto do distrito de Vila Real fazer fronteira com Espanha (nomeadamente os concelhos de Chaves e Montalegre) e de estar próximo ao porto de Vigo, se mostrava para muitos como a solução possível para contornar as restrições ou obstáculos impostos pela legislação. Como indicaremos mais à frente, as notícias frequentes de captura de emigrantes clandestinos dadas pela imprensa de Chaves, quer em território português quer em território espanhol, apresentam-se certamente como a ponta de um iceberg de uma emigração sem papéis do qual não se conhece, hoje, a dimensão exacta.

Gráfico 01
Número dos Passaportes registados no Governo Civil de Vila Real (1901-1930)



Fonte: *Arquivo Distrital de Vila Real*, Livros de Passaportes, 1901-1930.

Abarcando um total de 51.431 registos, podemos observar, no gráfico um, a forma como a partir de 1904, os números se apresentam em crescendo até 1912, já depois da implantação da República, situando-se sistematicamente acima dos 1000 passaportes/ano, e atingindo nessa data o valor mais elevado para todo o período considerado – 5.294 passaportes.

No ano seguinte, são ainda mais de 4.000 indivíduos os que fazem o registo do passaporte no Governo Civil de Vila Real. Entre 1914 e 1916, quando a Grande Guerra já subvertera completa e drasticamente o quotidiano das nações e das populações como uma dura e mortífera realidade, a emigração a partir de Vila Real diminui relativamente aos anos anteriores mas sem baixar dos 1.000 passaportes anuais. Em 1917 e 1918, os números

baixam consideravelmente. Portugal está então envolvido na guerra e as restrições, nomeadamente à saída dos elementos do sexo masculino, definidas nas medidas legislativas então adoptadas, não deixam de se fazer sentir.

Entre 1919 e 1930, ano que corresponde à fase de declínio da emigração portuguesa para o Brasil[13], as oscilações anuais dos valores surgem como traço dominante ao sabor das conjunturas políticas e económicas, quer em Portugal quer no país receptor.

Perante estes números, que em alguns anos nos remetem para um registo diário de 20 a 30 passaportes no Governo Civil de Vila Real, o que é que se escreveu, então, na imprensa local? Como é que a elite vila-realense viu e sentiu a determinação de tantos conterrâneos seus em sair da terra que os vira nascer? Será a sua percepção diferente da que se verificava nas distantes vilas de Chaves e Montalegre, junto à fronteira com Espanha? Estas são as questões a que nos propomos responder e que nos remetem necessariamente para o papel político e social desempenhado pela imprensa regional num distrito do interior norte do país como o de Vila Real.

Percepções

A leitura dos periódicos mostrou-nos que sem fazer da questão da emigração uma questão central, a imprensa publicada em Vila Real, Chaves e Montalegre reserva-lhe, ao longo do período em análise, um espaço nas suas páginas. Em geral limitadas a quatro, em que as duas últimas se deixam, habitualmente, para os editais e a publicidade, era nas duas primeiras páginas que se publicavam, semanal ou quinzenalmente, os artigos de opinião e as notícias independentemente da sua relevância e do impacto social, político ou outro. A falta de espaço era, por isso, uma constante. Tanto mais que, dependentes, na maior parte dos casos, de partidos ou de facções políticas, havia que dar visibilidade a questões de âmbito local ou nacional, que, na sua perspectiva, fossem politicamente mais interessantes, obrigando a uma cuidadosa gestão do espaço disponível para publicação.

Apesar disso, verifica-se claramente uma coincidência entre os períodos durante os quais a imprensa dá mais atenção à questão da emigração e aqueles em que se verifica um aumento significativo do número de passaportes registados no Governo Civil de Vila Real, que como verificámos acontece nos anos de 1904 a 1916 e nos de 1920 a 1924.

Na realidade, entre 1901 e 1930, dos jornais consultados, seis consagram à questão da emigração artigos de fundo nas primeiras páginas – o *Vila-Realense* (6 artigos, dois deles assinados), *O Povo do Norte* (8 artigos, três deles assinados), *A Democracia* (2 artigos), *a Folha de Chaves* (2 artigos assinados), *Montalegrense* (1 artigo assinado) e *O Crente do Barroso* (2 artigos). Ocupando menos espaço, a opinião sobre a emigração aparece também expressa em pequenos artigos de opinião como acontece em Chaves, n'o *Folha de Chaves* (5 artigos), n'*O Intransigente* (2 artigos) e na *Era Nova* (1 artigo), e em Vila Real no *Vila-Realense* (2 artigos), e n'*O Povo do Norte* (3 artigos).

A publicação de cartas vindas do Brasil, descrevendo na primeira pessoa a dura

experiência da emigração ou de artigos publicados na imprensa brasileira que de uma forma muito clara evidenciavam a má situação do país, é feita em apenas dois jornais já atrás referenciados como mais activos na campanha contra a emigração – o *Vila-Realense* e *O Povo do Norte*. Tal como se verifica em outras localidades[14], o género epistolar, tão ao gosto da época, foi utilizado estrategicamente pela imprensa como mais um elemento dissuasor da emigração. N'*O Povo do Norte,* o signatário de várias cartas publicadas em 1913, identificado pelas iniciais J.E., dirige-se directamente ao "campónio humilde"[15] para o aconselhar que mais vale ficar na aldeia, junto da família, do que viver a miséria longe dela.

Contudo, a par desta visão negativa que recorrentemente sublinhada procurava desmotivar os potenciais emigrantes, os periódicos de Vila Real não deixam de ir ao encontro dos interesses dos seus leitores, veiculando-lhes informações que sabem, de antemão, poder vir a ser-lhes de grande utilidade caso pensem em abandonar o país. Parecendo conviver bem com esta postura ambivalente, a imprensa regional contribuía, assim, na prática, por também incentivar a emigração que tanto criticava[16]. Ao fornecer indicações sobre as alterações legislativas relativas a passaportes, nomeadamente as que eram comunicadas por circulares ao Governo Civil de Vila Real, bem como o número dos registos de passaporte aí efectuados, concorria, naturalmente, para a familiarização da população com todo o processo administrativo que estava subjacente à emigração.

Finalmente, apenas três dos periódicos por nós consultados se destacam pela ausência de qualquer referência à questão da emigração – o *Notícias do Norte*, *O Corgo* e os *Ecos de Chaves*. Se no caso dos dois últimos, isso se poderá explicar pelo reduzido período de publicação, o primeiro merece uma explicação mais alongada. O *Notícias de Chaves* embora não o assuma, está associado à promoção na vila de Chaves de Cândido Sotto Maior cujo nome ficará ligado a um dos primeiros grupos económicos do país[17]. Acusado pelos outros periódicos de ser sustentado por ele, é um facto que se multiplicam, nesse jornal, as informações e os elogios ao empresário.

Ora Cândido Sotto Maior é um **brasileiro** de torna viagem, pelo que a questão da emigração para o Brasil se tornava certamente demasiado delicada para ser abordada nas suas páginas, independentemente da posição que perante ela viesse a ser tomada. Tanto mais, que esse facto, frequentemente lembrado, era aproveitado pelos periódicos que o criticavam, quer de Chaves quer de Vila Real, para ridicularizarem o homem de quem, na época tanto se falava. O silenciamento da questão da emigração por esse periódico, poderá ter sido, assim, uma opção consciente que facilmente se compreenderá.

Já referimos atrás que quanto à forma como abordam a questão da emigração, os periódicos publicados em Vila Real, Chaves e Montalegre, na generalidade dos casos, alinham o seu discurso pelo que era difundido oficialmente e que acentuava não só a falta de mão-de-obra para a agricultura na região, como as difíceis condições a que os emigrantes se sujeitavam durante a viagem e nos países de destino, com particular ênfase para o Brasil. Um discurso que atravessa o final da monarquia e o início da república, com poucas alterações.

Sobre a nefasta actuação dos engajadores e as condições de vida dos emigrantes no Brasil escreve, em 1904, *O Intransigente* que "É dolorosa e cruciante, mais do que se imagina, a triste situação de uma grande parte das centenas de emigrantes portuguezes, que, fiados nas espaventosas promessas dos agentes da emigração se deixam arrastar, cegamente, para as longínquas paragens do novo mundo".[18] Alguns anos depois, em 1913, acentua-se a mesma perspectiva n'*O Montalegrense* quando o articulista identificado por Pericarpo, destaca que "ainda há quem pense em ir para a América, fiados nas promessas dos agentes de emigração, os únicos a lucrar, que lhes pintam a América como o paiz das patacas".[19]

Em 1923, a mesma ideia persiste quando *O Povo do Norte*, sublinha que os emigrantes estavam no Brasil "como animaes apanhados na rede"[20].

Com a mesma crueza de palavras, apontam-se as causas da emigração – uma agricultura atrasada que não absorve a mão de obra existente, salários baixos[21], a miséria e a fome[22]. Acresce ainda, a ambição do camponês que, "numa anciã de riqueza" [23], fascinado com as obras feitas na sua terra pelos *brasileiros*[24], esquece que "A riqueza fora da pátria é uma sorte grande, que como a da loteria, só sae aos outros, isto é uma minoria de predestinados"[25].

Trata-se afinal de um conjunto de situações com as quais se procura justificar a emigração e a que o Estado, no entender da imprensa regional de Vila Real, não dá a devida atenção, numa acusação frequente que faz nos últimos anos da monarquia e repete, mesmo nos jornais republicanos, durante a república. Em 1906, o jornal de Chaves, *O Intransigente* refere a saída diária de dezenas de flavienses com destino ao Brasil, sublinhado que tal se deve à miséria "e especialmente ao despreso a que os governos tem votado esta parte da nação[26]". Alguns anos depois, já em 1912, o *Vila-Realense* vai mais longe ao afirmar num artigo sugestivamente intitulado "Os nossos males":

E a pátria que tinha grandes deveres a cumprir para com esses desgraçados, assiste com indifferença á triste e incerta romagem a que elles se abalançam, contentando-se em embargar-lhes o passo, aqui e além. [...] O dever da pátria devia ser, porém, muito outro – devia começar por ter olhado há muito pelas condições dos míseros trabalhadores da terra; devia tel-os instruído sobre a melhor forma de colherem do torrão natal aquillo que elle póde dar quando o cultivem com sciencia e consciencia, sem processos rotineiros; devia, por último, ter instruído toda a gente do campo sobre as condições indispensáveis para que um emigrante possa implantar-se com proveito nas longes terras que vae procurar, ensinando-lhe que o rude trabalhador do campo, sem habilitações de qualquer espécie, não é mais do que o repasto lançado à fera de climas a que mal póde accomodar-se"[27].

Em 1920, *O Povo do Norte*, por sua vez, escreve "Continua a sair gente do país numa quantidade tal, que a prosseguir assim os campos ficarão despovoados em breve. [...] E nem governo nem parlamento cuidam de evitar a triste sorte que nos espera. A politiquice não os deixa pensar nestes problemas de que depende o nosso futuro"[28]. Apesar da mudança do regime e perante uma realidade que se acentuou em vez de, como esperavam

alguns, ter sido miraculosamente ultrapassada, o descrédito nas instituições e nos políticos para resolver a questão da emigração permanecia.

Por sua vez, entre as consequências da emigração para a região, a imprensa acentua a falta de mão de obra para a agricultura[29], o marasmo do comércio e da indústria[30] e o despovoamento das aldeias[31]. Mas para grandes males, grandes remédios e também aí a imprensa não deixa de emitir a sua opinião. Para além de pedirem mais legislação que condicione a emigração[32], consideram fundamental o aumento da instrução[33], o incremento da agricultura[34] e a necessidade vital de redireccionar a emigração para as colónias portuguesas em África, "terras onde tremula a nossa bandeira, que são como um prolongamento do nosso Portugal, cujas riquesas nos pertence desentranhar e cuja civilisação nos compete estabelecer!"[35].

Dessa forma, compatibilizava-se o interesse do Estado com o direito dos cidadãos em escolherem o local onde queriam viver e trabalhar consignado pelo liberalismo, procurando definitivamente fechar um ciclo na emigração portuguesa. Como refere *O Povo do Norte* "lá vai o tempo em que o Brazil era verdadeiramente um empório nosso, dando nos o seu ouro e recebendo em troca o esforço do braço portuguêz e os produtos da nossa exportação".[36] Nesses primeiros anos do século XX, era necessário virar a página da história.

É desta forma que, através da imprensa, se veicula a imagem estereotipada do emigrante português desta época – homem ou mulher, jovem ou velho –, como rude, pobre e analfabeto que enganado pelos engajadores um dia desejou ser rico, atravessando o Oceano onde vem a morrer, longe da sua terra natal, mais miserável e infeliz do que quando partira. De lado, conscientemente, deixam-se aqueles que com igual ambição, também partem para o Brasil nos mesmos paquetes, mas que têm património, formação e uma bem montada rede de familiares e amigos a quem recorrer. À luz da época, pela forma como a eles se refere a imprensa, estes últimos não são bem emigrantes. São portugueses com instrução, sobretudo homens, que se deslocam para o Brasil para aí "fixar residência"[37], exercer a carreira comercial já iniciada em Portugal[38] ou para "tratar de negócios".[39]

Ao mesmo tempo que se acentua a desgraça dos primeiros, criticando a emigração esse "grande cancro, que actualmente infesta o progresso nacional"[40], advogando medidas repressivas ou de redireccionamento para África dá-se festivamente notícia da partida para o Brasil dos segundos, desejando-se-lhes as maiores felicidades. Resistindo em reconhecer as duas situações como faces de uma mesma questão, procura-se limitar a primeira e aceita-se naturalmente a segunda.

Enquanto dos mais pobres, apetrechados apenas da "sciencia de empunhar a enxada"[41], pouco mais há a esperar do que o trabalho duro e a morte inglória longe da terra natal, em torno dos mais favorecidos criam-se grandes expectativas não só sobre a possibilidade da sua notoriedade no Brasil, como no envio das remessas e num retorno produtivo ao país de onde partiram.[42]

E os exemplos de sucesso não faltam nas páginas dos jornais publicados em Vila Real. Sede de distrito é aí que os emigrantes em visita à sua terra ou que optam por retornar

definitivamente fixam residência, passam grandes temporadas ou, simplesmente, se passeiam antes de partir para as suas aldeias ou com destino ao Brasil. São eles, os **brasileiros** de torna-viagem com fortuna acumulada de quem se fala e sobre os quais, elogiosamente, muito se escreve.

O valor das remessas enviadas do Brasil para Portugal e a importância dos emigrantes retornados para o desenvolvimento local, justificam, por isso, que, pontualmente, a imprensa regional apresente um discurso sobre a emigração num diapasão diferente do que lhe era mais habitual. Em 1913, remando contra a corrente, o *Vila-Realense*, o mesmo que, na época, comparava os emigrantes a "verdadeiras avalanches de carne, (que) ahi se deslocam poderosas e assustadoras, para com o seu extraordinário vigor enriquecerem o solo ingrato das terras do Brazil"[43], refere, num longo artigo de opinião, que se barafusta contra a emigração "mas, desde largos annos, que esse êxodo tem augmentado e a fome, por falta de cultura, não tem invadido esta região, e bem pelo contrario, a cultura tem-se desenvolvido e progredido, graças aos novos e remuneradores processos, que economisam um grande número de braços". Segundo o articulista, as aldeias estão agora mais "ridentes"[44], a população melhor vestida e alimentada e a sede de distrito, Vila Real, em franco desenvolvimento.

Alguns anos depois, em 1917, o mesmo jornal retoma esta ideia ao defender as vantagens económicas que dela advinham para ambos os países[45]. Repare-se que esse é o primeiro ano em que, pela primeira vez desde 1904, foram passados menos de mil passaportes pelo Governo Civil de Vila Real (621). Com a guerra ainda sem um fim à vista, o seu autor faz questão de dizer que depois dela surgirá uma nova realidade económica em que a emigração continuará, sem dramatismos, a fazer-se sentir[46]. Essa será certamente uma perspectiva demasiado optimista.

A dura realidade da emigração feita dos números e das vivências difíceis dos que partem justifica que, até 1930, a imprensa publicada em Vila Real, Chaves e Montalegre, acentue os seus aspectos mais negativos procurando mostrar que emigrar não pode nem deve ser encarada como a solução para os problemas da população e da região.

Conclusão

Como conclusão do nosso estudo, devemos salientar que perante a forte dimensão da emigração no distrito a imprensa regional de Vila Real, Chaves e Montalegre sente como sua a obrigação se pronunciar contra a emigração e, assim, contribuir para a diminuição dos que viam nela uma saída para o futuro. Contudo, demasiado envolvidos politicamente, para a emigração acabava por sobrar, sobretudo nalguns periódicos, muito pouco da sua atenção e do seu espaço.

No entanto, apesar de não se apresentar como uma questão central, os periódicos não deixam de lhe fazer referência. Comparativamente a outras localidades do norte

do país[47] em que o discurso sobre a emigração apresenta matizes um pouco diferentes do que era veiculado oficialmente, o discurso produzido pela imprensa de Vila Real, Chaves e Montalegre sobre a questão da emigração decalca-o, na generalidade dos casos, utilizando as mesmas ideias e esgrimindo os mesmos argumentos, ao longo das primeiras três décadas do século XX. Percepcionada como um mal para a região, sobre a emigração produz-se, assim, um discurso em que quase sempre se procuram salientar os aspectos negativos.

Paralelamente, sem sentirem a incongruência do seu posicionamento, os mesmos periódicos, e em especial os da sede distrital, Vila Real, não poupam as referências elogiosas aos homens de sucesso que, após alguns anos no Brasil retornam definitivamente ou não à sua terra, ou dão conta das partidas daqueles que melhor posicionados social e economicamente vão tratar da sua vida para esse país distante, desejando-lhes as maiores felicidades. A partida destes homens para um país do outro lado do Oceano não era sinónimo da emigração que a imprensa criticava, mas de um afastamento temporário que lhes permitiria voltar à sua terra com mais experiência e fortuna.

NOTAS

[*] Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

[1] LEITE, J. Costa. "Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)". In: *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 463-480.

[2] PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850-1930*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, pp. 48-58. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS; Paula Marques dos. "Legislação sobre emigração para o Brasil na I República". In: *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 307-327.

[3] PEREIRA, Miriam Halpern. "Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX". *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1969, p.105.

[4] *O Povo do Norte*, em 1921, refere que para evitar "estacionar longos dias nos corredores dos governos civis",

aquando do registo de passaportes o governo pretendia implementar a cédula pessoal (*Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932), n.º 100, 27 de Novembro de 1921, p.2).

[5] NA BPMP estão em falta os seguintes números – ano 1 (1880) ao n.º 11 do ano 28 (Abril de 1907), do n.º 51 do ano 39 (Fevereiro de 1907) ao n.º 24 do ano 52 (Agosto de 1931), e do n.º 6 do ano 53 (Março de 1933) ao n.º 47 do ano 69 (Fevereiro de 1949).

[6] Para além do n.º 90 (24 de Março de 1885) apenas existem, na BPMP, os números publicados entre 10 de Maio de 1907 (n.º 303) a 29 de Setembro de 1910 (n.º 470).

[7] NA BPMP faltam os seguintes números – do ano 1 ao n.º 441 do ano 9 (Março de 1903), com excepção do n.º 415 (14 de Setembro de 1902).

[8] Faltam na BPMP os números publicados no 1.º e 2.º ano até ao n.º 60 (1 de Maio de 1915), com excepção do nº 29 de 24 de Abril de 1914.

[9] As datas limite indicadas referem-se à 2.ª série que existe na BPMP.

[10] Da colecção da BPMP apenas constam os números a partir do 2.º ano de publicação (n.º 1, 7 de Janeiro de 1900).

[11] *O Intransigente*, ano III, n.º 1, 13 de Fevereiro de 1901, p. 1. *Intransigente* (O). Chaves. (1899-1907).

[12] ALVES, Jorge. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista.* Porto, ed. autor, 1994, pp. 255-258.

[13] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil.* São Paulo, HUCITEC, 2001.

[14] PEREIRA, Maria da Conceição Meireles."Representações da emigração para o Brasil na imprensa do nordeste trasmontano durante a 1.ª República". In: *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos.* Rio de Janeiro, FAPERJ/CEPESE, 2006, pp. 289-290.

[15] *O Povo do Norte*, n. 960, 9 de Novembro de 1913, p.3. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

[16] Uma situação que já observámos relativamente à imprensa publicada em Lamego. MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. "A Imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX". In: *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil.* Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 329-347.

[17] CÂMARA, João de Sousa da. *História do Banco Pinto e Sotto Mayor: 1914-1989.* [S.l.], Banco Pinto e Sotto Mayor, 1989.

[18] *O Intransigente*, n. 4, 26 de Janeiro de1904, p. 2. *Intransigente* (O). Chaves. (1899-1907).

[19] *O Montalegrense*, n.º 6, 27 de Abril de 1913, p.1. *Montalegrense* (O). Montalegre. (1913-1920).

[20] *O Povo do Norte*, n.º 2, 10 de Junho de1923, p.1. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

[21] *Vila-Realense*, ano 33, n.º 33, 24 de Outubro de1912, p.1. *Vila-Realense* (O). Vila Real.(1880-1984).

[22] *Vila-Realense*, ano 33, n.º 39, 21 de Novembro de 1912, p.2. *Vila-Realense* (O). Vila Real.(1880-1984).

[23] *Folha de Chaves*, 3ª s, n.º 52, 19 de Dezembro de 1920, p.2. *Folha de Chaves.* Chaves. (1913-1917, 1918, 1919-1922).

[24] *Vila-Realense*, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de 1913, p.1. *Vila-Realense* (O). Vila Real.(1880-1984).

[25] *O Povo do Norte*, n.º 2, 10 de Junho de 1923, p.1. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

[26] *O Intransigente*, n.º 11, 27 de Março de1906, p.1. *Intransigente* (O). Chaves. (1899-1907).

[27] *Vila-Realense*, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1. *Vila-Realense* (O). Vila Real.(1880-1984).

[28] *O Povo do Norte*, n.º 27, 30 de Maio de 1920, p.1. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

[29] *O Intransigente*, n.º 13, 31 de Março de 1905, p.3; *Era Nova* Chaves, n.º 103, 2 de Fevereiro de 1930, p.3.

[30] *Vila-Realense*, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1; *O Povo do Norte.* Vila Real, n.º 27, 30 de Maio de 1920, p.1; *A Democracia.* Vila Real, II série, 1.º ano, n.º 36, 9 de Setembro de 1923, p.1.

[31] *O Povo do Norte*, n.º 927, 16 de Março de 1913, p.2.

[32] *Vila-Realense*, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de 1913, p.1.

[33] *O Povo do Norte*, n.º 897, 18 de Agosto de1912, p.1; *Vila-Realense.* Vila Real, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1.

[34] *O Povo do Norte*, n.º 897, 18 de Agosto de 1912, p.1.

[35] *O Povo do Norte*, n.º 2, 10 de Junho de 1923, p.1.

[36] *O Povo do Norte*, n.º 981, 5 de Abril de 1914, p.1.

[37] Como é o caso, em 1907, do vereador da Câmara de Vila Real, Augusto Pereira de Morais (*O Distrito de Vila Real*, n.º 330, 14 de Novembro de 1907, p. 3).

[38] *O Distrito de Vila Real*, n.º 403, 13 de Maio de 1909, p. 3.

[39]Vila-Realense, ano 31, n.º 30, 8 de Setembro de 1910, p.3.
[40] *Vila-Realense*, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de1913, p.1.
[41] *Vila-Realense*, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de 1913, p.1.
[42]Para a segunda metade do século XIX, o retorno verificava-se sobretudo entre os emigrantes que, no Brasil, se dedicavam ao comércio e aos ofícios, em detrimento dos que trabalhavam na agricultura. ALVES, Jorge. "Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal". In: *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1999, pp. 240-241.
[43]*Vila-Realense*, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1.
[44]*Vila-Realense*, ano 34, n.º 3, 6 de Março de 1913, p.1.
[45]*Vila-Realense*, ano 38, n.º 51, 8 de Fevereiro de 1917, p.3.
[46]*Vila-Realense*, ano 38, n.º 51, 8 de Fevereiro de 1917, p.3.
[47]MAIA, Fernanda Paula Sousa."A acção dos 'Brasileiros'de torna-viagem em Ovar: a obra dos irmãos Oliveira Lopes (Válega)". In: *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista Anual sobre Cultura e Património da Região de Ovar*, Ovar, 2005, pp. 3-14; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. "A Imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX". In: *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil.* Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 329-347.